



# Eternit S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 61.092.037/0001-81 - Companhia Aberta

## Demonstrações Financeiras de 2017

### Relatório da Administração de 2017

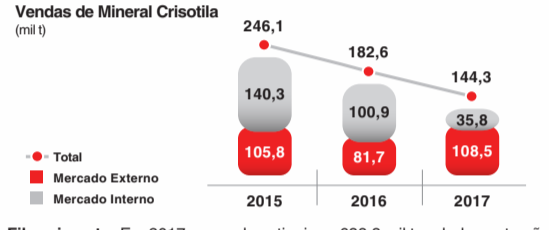
**Prezados Acionistas:** A Administração da Eternit S.A. - Em Recuperação Judicial ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

**1. BREVE HISTÓRICO:** A Eternit, fundada em 1940 e com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da B3. A Companhia atua nos segmentos de telhas de fibrocimento e concreto, mineração do crisólita, fibras de polipropileno, soluções construtivas, louças sanitárias, entre outros produtos. **2017 - O ano da reestruturação:** Com o objetivo de melhorar a rentabilidade das unidades de negócios, a Companhia iniciou em 2017 um plano geral de reestruturação de suas operações. As principais ações foram: **a) Renovação da diretoria executiva:** eleição do Sr. Luis Augusto Barcelos Barbosa para CEO do Grupo Eternit e do Sr. Rodrigo Ângelo Inácio para a Diretoria Comercial em substituição aos ex-executivos, além dos desligamentos dos Diretores de Mineração e de Recursos Humanos; **b) Redução da estrutura de mão-de-obra direta e indireta:** redução da mão de obra direta e indireta para adequar a operação fabril tendo em vista a redução da produção e dos níveis de estoques para atender a demanda de mercado. Também foram adequadas as estruturas comercial e administrativa para o novo porte da Companhia. O Grupo Eternit encerrou o exercício de 2017 com cerca de 1.600 colaboradores diretos (cerca de 2.000 colaboradores diretos no final de 2016)<sup>(1)</sup>; **c) Redesenho da área comercial:** a área comercial passou por uma grande reformulação, desde a substituição das gerências regionais quanto a centralização da administração de vendas em São Paulo. O objetivo deste redesenho é o aumento do *market-share* em regiões específicas, ampliação do número de pontos de venda, retomada do clube de arquitetos para alavancar as vendas do canal B2C (específico para telhas de concreto) além de praticar melhor precificação de seu portfólio com a criação da área de *Pricing*; **d) Foco na área de Supply chain:** Em busca de maior sinergia e ganho de escala em seus negócios de atuação, a Companhia criou um modelo corporativo para o processo de aquisição de matérias-primas, insumos, logística e planejamento de produção para todas as unidades do Grupo Eternit com gerências exclusivas para estas áreas; **e) Substituição do amianto nas telhas de fibrocimento:** A Eternit decidiu substituir a utilização da matéria-prima amianto crisólita por fibras sintéticas, na produção de telhas de fibrocimento. A mudança será concluída até o mês de dezembro de 2018. Em linha com o seu planejamento estratégico, a Companhia já iniciou o redirecionamento do seu portfólio de produtos e negócios, em busca de uma melhor adequação às demandas do mercado e de um crescimento sustentável. Atualmente, apenas a unidade de Anápolis utiliza o amianto na produção de telhas. **f) Redirecionamento da produção total do amianto para mercado externo:** A produção de fibras de amianto crisólita pela SAMA vem sendo gradualmente direcionada para o mercado externo, atendendo clientes em outros países aonde o produto é permitido, tais como Alemanha, Estados Unidos, Índia e etc. A reserva mineral conhecida e prospectada para mais 35 anos de vida útil; **g) Elevação da taxa de ocupação de Manaus:** A unidade de Manaus, responsável pela fabricação de fibras de polipropileno, elevou sua capacidade produtiva de 25% para 85% ao mês. Este volume é direcionado em sua maior parte ao Grupo Eternit para a fabricação de telhas de fibrocimento, em substituição ao amianto crisólita. Há produção suficiente para atender todas as unidades fabris da Companhia e ainda a demanda de terceiros, entres eles, fabricantes de telhas de fibrocimento, com possibilidade de atender outros segmentos de materiais de construção; **h) Encerramento das unidades deficitárias da controlada Tégula:** Com o objetivo de atuar em mercados com maior rentabilidade operacional, a unidade de negócio de telhas de concreto concentrou sua operação na unidade de Atibaia/SP, tendo a possibilidade de atender eventuais demandas de regiões das unidades desativadas. Foram encerradas em fevereiro de 2017 quatro fábricas nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Bahia; **i) Outros produtos:** maior atuação com a criação de equipes dedicadas para comercializar a linha de outros produtos como soluções construtivas, caixas d'água de polietileno e metais para cozinhas e banheiros cuja participação ainda é insipiente no faturamento da Companhia. Neste sentido foi reestruturada a área de inovação para a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos no segmento de materiais de construção; **j) Louças sanitárias:** A Companhia redirecionou a comercialização de louças para mercados com melhor rentabilidade, principalmente, os mercados das regiões Nordeste e Norte e nos Estados onde estão instaladas as fábricas de fibrocimento em função da sinergia logística. Também incrementou seu portfólio com produtos para os segmentos de médio e médio luxo com o objetivo de melhorar o *mix* de produtos, além de dedicar operações *spots* para exportação e O&M como segmentos complementares para diluição de custo fixo; **k) Pedido de recuperação judicial** da Eternit em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto (ação tomada em 2018, conforme divulgado mais abaixo). Parte desta reestruturação incorreu em custos não recorrentes no exercício de 2017, a seguir:

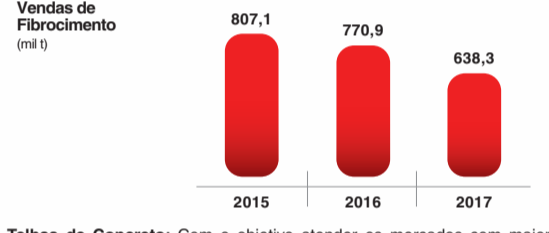
panhia, acompanhando os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Em dezembro de 2017, a Eternit realizou uma Assembleia Geral Extraordinária para adaptar seu Estatuto Social às novas regras do Regulamento do Novo Mercado, que entraram em vigor em 02/01/2018, sendo uma das pioneiras de seu segmento de listagem a fazer a adaptação. **3. CONJUNTURA E MERCADO 2017:** Segundo o Copom<sup>(2)</sup>, a atividade econômica segue em trajetória de retomada gradual, evidenciada pelos aumentos trimestrais consecutivos na margem do PIB, do resultado positivo da atividade industrial, expansão do consumo das famílias, gradativa recuperação da confiança dos consumidores e pelas melhores condições no mercado de trabalho. De acordo com este cenário e as perspectivas positivas em relação à continuidade da retomada da economia, as projeções para o crescimento anual do PIB, foram periodicamente revisadas ao longo de 2017. O PIB em 2017 foi de 1,0%<sup>(3)</sup> e o PIB da construção civil fechou em -5,0%<sup>(4)</sup>, frente a 2016. A projeção para o PIB de 2018 é 2,8%<sup>(4)</sup> e para o PIB da construção civil é 1,5%<sup>(5)</sup>, em comparação com o ano de 2016. A ABRAMAT<sup>(6)</sup> registrou uma retração de 4% nas vendas de materiais de construção em 2017 e uma redução de 5,7% do total de colaboradores empregados pelas empresas associadas à entidade, apontando a cadeia da construção como sendo um termômetro da situação econômica do País. Para 2018, a ABRAMAT projeta crescimento de algo em torno de 1,5% em relação a 2017 e espera que a recuperação do setor, já iniciada, seja de forma lenta e mais forte no varejo de materiais e que a demanda do segmento de construção imobiliária se intensifique a partir do segundo semestre. Ao longo do ano de 2017 a Companhia adequou sua operação com a redução da produção e dos níveis de estoque para atender a demanda de mercado, tanto na mineração do crisólita quanto na linha de produtos acabados, que contempla a produção de fibrocimento e telhas de concreto.

<sup>(1)</sup> Dados não contemplam a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica.  
<sup>(2)</sup> Copom: Comitê de Política Monetária do Banco Central.  
<sup>(3)</sup> BACEN: Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil.  
<sup>(4)</sup> BACEN: Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil.  
<sup>(5)</sup> ABRAMAT: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.

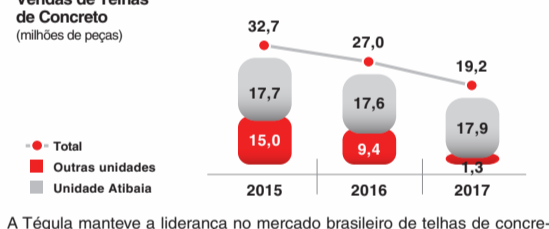
**4. DESEMPENHO OPERACIONAL: Mineral Crisólita:** As vendas totalizaram 144,3 mil toneladas em 2017, inferiores em 21,0% frente a 2016, reflexo da menor utilização do amianto na fabricação de telhas no mercado interno, enquanto as vendas para o mercado externo cresceram 32,8%, em função da estratégia da Companhia de direcionar sua produção para o exterior e das ações comerciais aplicadas, especialmente nos mercados asiáticos. A SAMA manteve sua participação, em 2017, entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisólita.



**Fibrocimento:** Em 2017 as vendas atingiram 638,3 mil toneladas, retração de 17,2% em relação ao ano de 2016, devido ao baixo desempenho do setor de materiais de construção, reflexo da redução da taxa de desemprego, o maior responsável pelo adiamento de reformas. A Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de fibrocimento em 2017.



**Telhas de Concreto:** Com o objetivo atender os mercados com maior rentabilidade operacional, a Companhia reestruturou a controlada Tégula, em fevereiro de 2017, e passou a operar somente com a unidade de Atibaia/SP. Desta forma, o volume vendido da unidade de Atibaia em 2017 permaneceu praticamente estável quando comparado a 2016, apesar do baixo desempenho do setor de materiais de construção, além do adiamento das obras pelos consumidores de média e alta renda que impactaram, principalmente, o primeiro semestre de 2017.



**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Receita Operacional Líquida:** A receita líquida atingiu R\$ 665,7 milhões no ano, redução de 19,5% em relação a 2016. A receita do mercado interno retraiu 24,1%, impactada por menores volumes de vendas em seus segmentos de atuação, neutralizando integralmente as ações de reposicionamento de preço de telhas de fibrocimento. No mercado externo, a receita apresentou aumento de 3,9%, reflexo das ações de direcionar a produção para o mercado externo e a comercialização de uma *mix* mais nobre, apesar da depreciação de 8,4% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período 2017 x 2016). Neste período, a receita líquida consolidada era composta por 67% de fibrocimento, 25% de mineral crisólita, 5% de telhas de concreto e acessórios, e 3% de outros (como metais sanitários, caixas d'água de polietileno, soluções construtivas, dentre outros).



**Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidos e dos Serviços Prestados:** Com o objetivo de operar de forma mais competitiva e eficiente, a Administração tem trabalhado fortemente para readequar a estrutura fabril e de custos fixos da Companhia. Os custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados recorrentes totalizaram R\$ 480,2 milhões no ano de 2017, 14,5% menor em relação a 2016, consequência da redução das vendas em seus segmentos de atuação, da adequação de capacidade industrial para operar em linha com a demanda de mercado, apesar das pressões de custos decorrentes de inflação. Como consequência, a margem bruta recorrente foi de 28% no ano. Retração de 4 pontos percentuais na comparação entre os períodos 2017 x 2016. No ano de 2017, incorreram R\$ 21,7 milhões de custos não recorrentes (R\$ 9,8 milhões em 2016) referente à estratégia de conciliar a demanda de mercado com a redução dos níveis de estoques, ensaiando gastos com paradas excepcionais, quebras no processo produtivo em função de maior participação de fibras sintéticas na fabricação de telhas, e perda estimada de estoque decorrente de itens obsoletos em função de alteração da política da Companhia.

R\$ mil	2015	2016	2017
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(598.115)	(571.616)	(501.929)
<b>Eventos não recorrentes</b>	-	-	-
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais	-	7.606	12.003
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	-	2.163
<b>Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados recorrentes</b>	<b>(598.115)</b>	<b>(561.854)</b>	<b>(480.216)</b>

**Despesas Operacionais:** Em linha com o programa estruturado de redução da SG&A, a Companhia apresentou redução de 27,8%, no ano de 2017, nas despesas totais recorrentes, sendo as mais relevantes em (i) comissões e despesas variáveis de vendas decorrente dos menores volumes vendidos; (ii) ações de *marketing*; e (iii) serviços prestados decorrentes de renegociações de contratos com fornecedores, apesar de maiores gastos de outras (despesas) receitas operacionais, devido à (i) provisão para contingências trabalhistas de acordo com a estimativa provável de desembolso futuro da Companhia; (ii) maiores gastos com indenizações trabalhistas; e (iii) provisão não recorrente para destinação adequada de resíduos de telhas contendo o amianto crisólita em sua composição, os quais reutiliza em seu processo produtivo. Os resíduos são originados do processo de quebra ou devoluções e essa reutilização tem sido reduzida gradativamente de acordo com o plano de reestruturação do Grupo. A Companhia deu continuidade ao processo de reestruturação nas áreas industrial, comercial e administrativa, resultando num gasto não recorrente de R\$ 20,7 milhões com verbas rescisórias em 2017.

Em R\$ mil	2015	2016	2017
Despesas com vendas	(114.704)	(106.593)	(76.545)
Despesas gerais e administrativas <sup>(1)</sup>	(118.405)	(100.661)	(76.748)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(23.844)	(8.392)	(39.465)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(256.953)</b>	<b>(215.646)</b>	<b>(192.758)</b>
<b>Evento não recorrente</b>	-	-	-
Reestruturação	-	1.522	20.671
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	-	9.017
<b>Total das despesas operacionais recorrentes</b>	<b>(256.953)</b>	<b>(214.124)</b>	<b>(154.597)</b>

<sup>(1)</sup> Contempla a rubrica de Remuneração da Administração. **Resultado da Equivalência Patrimonial:** O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC). No ano de 2017, o resultado negativo de equivalência patrimonial foi R\$ 28,6 milhões contra R\$ 29,3 milhões no mesmo período no ano anterior. A leve melhoria no resultado é reflexo do desempenho industrial com ganho contínuo de produtividade e do desenvolvimento de novos clientes, porém, ainda foi impactado pela atual situação econômica do País enfrentada pelos clientes, que consomem, principalmente, itens de menor valor agregado. A CSC vem gradativamente aumentando sua participação no mercado de louças sanitárias com foco nas regiões Norte e Nordeste. **Resultado Financeiro Líquido:** Em 2017 o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 16,4 milhões, inferior em 19,8% frente ao mesmo período de 2016, em função do efeito líquido de variação cambial, decorrente das operações em moeda estrangeira da Companhia e menores encargos financeiros por conta da redução do endividamento.

Em R\$ mil	2015	2016	2017
Despesas financeiras	(108.735)	(71.235)	(39.176)
Receitas financeiras	85.209	50.742	22.734
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(23.526)</b>	<b>(20.493)</b>	<b>(16.442)</b>

A estratégia de proteção para o risco de câmbio consiste na obtenção do *hedge* natural, ou seja, a busca do equilíbrio mensal dos ativos e passivos em moeda estrangeira entre as empresas do Grupo. **EBITDA Ajustado:** No ano de 2017 o EBITDA ajustado e recorrente atingiu R\$ 43,7 milhões, redução de 52,3% frente a 2016, em função de uma provisão pontual de contingências trabalhistas e perdas de estoques no valor de R\$ 9,8 milhões, além da baixa utilização da capacidade industrial, retração das vendas, principalmente o crisólita no mercado interno. Para minimizar os impactos negativos no EBITDA, a Companhia iniciou em 2017 o processo de reestruturação para adequar as suas unidades de negócios resultando na redução de 27,8% das despesas operacionais recorrentes. Como consequência, a margem EBITDA ajustada e recorrente reduziu 4 pontos percentuais quando comparada a 2016 e encerrou o ano em 7%.

Reconciliação do EBITDA consolidado (R\$ mil)	2015	2016	2017
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>29.421</b>	<b>(37.682)</b>	<b>(276.389)</b>
Imposto de renda e contribuição social	39.196	9.955	31.443
Resultado financeiro líquido	23.526	20.493	16.442
Depreciação e amortização	39.401	38.572	35.607
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>131.544</b>	<b>31.338</b>	<b>(192.897)</b>
Resultado da equivalência patrimonial	27.661	29.337	28.629
<b>Eventos não recorrentes</b>	-	-	-
Reestruturação	-	1.522	20.671
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias <sup>(2)</sup>	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais <sup>(3)</sup>	-	7.606	8.948
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	-	9.017
Provisão para perda de ativo imobilizado <sup>(4)</sup>	-	-	7.397
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	-	2.163
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - Ágio	-	3.436	16.558
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - <i>impairment</i>	-	18.109	127.150
<b>EBITDA ajustado e recorrente<sup>(5)</sup></b>	<b>159.205</b>	<b>91.605</b>	<b>43.656</b>

<sup>(1)</sup> Quebra de produto oriundo de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento.  
<sup>(2)</sup> Não contempla o valor de depreciação de parada excepcional.  
<sup>(3)</sup> Perda estimada dos ativos relacionados ao amianto no processo produtivo em função da sua não recuperabilidade decorrente da substituição da matéria-prima.

<sup>(4)</sup> O EBITDA consolidado contempla o resultado da *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) de acordo com o método da equivalência patrimonial e eventos não recorrentes, em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.  
<sup>(5)</sup> O EBITDA ajustado e recorrente é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial devido à CSC ser uma empresa de controle compartilhado (*joint venture*) e seus dados não serem consolidados, além dos eventos não recorrentes.

**Prejuízo Líquido:** No exercício a Eternit registrou prejuízo líquido recorrente de R\$ 88,3 milhões, em função dos aspectos comentados no EBITDA, apesar da melhoria do resultado de equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido. A margem líquida recorrente retraiu 12 pontos percentuais e encerrou o período em -13%.

Prejuízo líquido do exercício	2015	2016	2017
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>29.421</b>	<b>(37.682)</b>	<b>(276.389)</b>
<b>Eventos não recorrentes</b>	-	-	-
Reestruturação	-	1.522	20.671
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais	-	7.606	12.003
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	-	9.017
Provisão para perda de ativo imobilizado <sup>(1)</sup>	-	-	7.397
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	-	2.163
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - Ágio	-	3.436	16.558
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - <i>impairment</i>	-	18.109	127.150
<b>Efeito IR/CSLL<sup>(2)</sup></b>	<b>(3.837)</b>	<b>(22.872)</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo líquido recorrente</b>	<b>29.421</b>	<b>(6.890)</b>	<b>(88.282)</b>

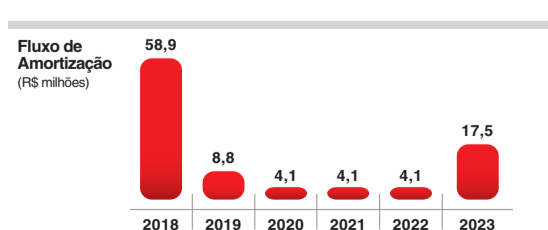
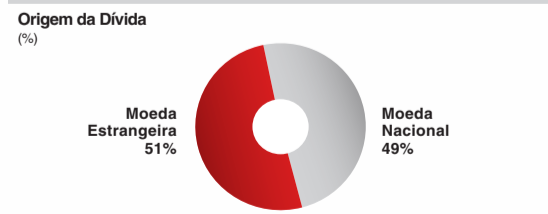
<sup>(1)</sup> Quebra de produto oriundo de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento.  
<sup>(2)</sup> Efeito do IR/CSLL sobre os eventos não recorrentes, desconsiderando o ajuste a valor de realização de estoque, que se refere à controlada em conjunto - CSC e a perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação.  
<sup>(3)</sup> Perda estimada dos ativos relacionados ao amianto no processo produtivo em função da sua não recuperabilidade decorrente da substituição da matéria-prima.

**Endividamento:** A Companhia encerrou 2017 com uma dívida líquida de R\$ 68,7 milhões, redução de 41,0% frente a 2016, em função das amortizações de NCE<sup>(6)</sup> e FINIMP<sup>(7)</sup> no valor de R\$ 26,9 milhões, e do aumento dos recursos disponíveis em função da geração do fluxo de caixa livre. Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades da Eternit eram de R\$ 28,8 milhões contra R\$ 7,9 milhões de 2016. As aplicações financeiras remuneradas com uma taxa média ponderada de 102,4% da variação do CDI<sup>(8)</sup>.

<sup>(6)</sup> NCE: Nota de Crédito à Exportação.  
<sup>(7)</sup> FINIMP: Financiamento à Importação.  
<sup>(8)</sup> CDI: Certificado de Depósito Interbancário.

Endividamento - R\$ mil	31/12/17	31/12/16	31/12/15
Dívida bruta - curto prazo	58.888	69.288	60.459
Dívida bruta - longo prazo	38.570	55.079	39.683
<b>Total da dívida bruta</b>	<b>97.458</b>	<b>124.367</b>	<b>100.142</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(6.957)	(5.143)	(5.651)
Aplicações financeiras de curto prazo	(21.805)	(2.708)	(21.033)
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>(28.762)</b>	<b>(7.851)</b>	<b>(26.684)</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>68.696</b>	<b>116.516</b>	<b>73.458</b>
EBITDA ajustado e recorrente (últimos 12 meses)	43.656	91.605	44.655
<b>Dívida líquida/EBITDA ajustado e recorrente</b>	<b>1,57</b>	<b>1,27</b>	<b>1,65</b>
<b>Dívida líquida/Patrimônio Líquido</b>	<b>40,3%</b>	<b>25,3%</b>	<b>16,6%</b>

**Origem da Dívida (%)**



A dívida em moeda estrangeira, em 2017, estava 100% protegida naturalmente com as operações de contas a receber das exportações do crisólita. Do fluxo de amortização previsto para o ano de 2018, 75,4% está atrelado às contas a receber da exportação. **CAPEX:** No ano de 2017, os investi-

mentos somaram R\$ 10,4 milhões, redução de 34,0% quando comparado com o ano anterior, sendo destinados à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo. **Valor Adicionado:** O valor adicionado do ano totalizou R\$ 68,1 milhões, 78,7% menor em relação a 2016. Deste montante, foram destinados R\$ 165,6 milhões aos colaboradores, R\$ 117,0 milhões aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições, R\$ 61,9 milhões referente a remuneração de capital de terceiros e R\$ 276,4 milhões referente a remuneração de capitais próprios.

**6. MERCADO DE CAPITALIS:** A Eternit possui registro em Bolsa desde 1948 e, desde 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da B3, sob o código ETER3, e faz parte de três índices de negociação de ações na Bolsa, sendo: IGXC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IGC-NM (Índice Governança Corporativa - Novo Mercado) e ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado). Com capital pulverizado, sem acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta em 31 de dezembro de 2017 por 83,0% de pessoas físicas, 3,2% de investidores estrangeiros e 13,8% de pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações. Em dezembro de 2017, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando aproximadamente 33,8% do total de ações. A base acionária finalizou o ano de 2017 com 9.845 acionistas, ou seja, uma redução de 8,2% em relação ao número de acionistas registrados em 2016. O *free float* da Companhia encerrou o ano de 2017 em 99,6%, excluindo as ações em tesouraria e detidas pela Administração, conforme metodologia do Regulamento do Novo Mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a ação da Eternit encerrou cotada a R\$ 0,92/ação, sendo o valor de mercado da Companhia de R\$ 164,7 milhões. **Remuneração aos Acionistas:** O Estatuto Social da Eternit prevê dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após as deduções legais e estatutárias. Face aos resultados obtidos em 2017, não houve distribuição de proventos no período. Importante ressaltar que a política de dividendos da Companhia, conforme o Estatuto Social, permanece inalterada, entretanto, novas distribuições ocorrerão a partir da obtenção de resultados positivos.

**7. CAPITAL HUMANO:** O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado: a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais rankings de gestão de pessoas nos últimos anos, vide mais em Reconhecimentos. Ao final do exercício, a Companhia contava com cerca de 1.600 colaboradores diretos e aproximadamente 2000 em 2016, incluindo estagiários e aprendizes<sup>(9)</sup>.

<sup>(9)</sup> Dados não contemplam a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica.

**8. QUESTÃO JURÍDICA DO AMIANTO CRISÓLITA NO BRASIL:** O uso do amianto crisólita no Brasil é regulamentado pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está previsto na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), **Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF):** Primeiramente é importante esclarecer que a questão jurídica referente às Leis Estaduais e Federal que regulam a atividade do amianto crisólita no Brasil tramitam perante o Supremo Tribunal Federal ("STF") desde 2001. O tema foi retomado pelo STF em agosto de 2017 tendo a Companhia divulgado fato relevante, em 25 de agosto de 2017, por força do resultado do julgamento das ADIs nº 4.066 e 3.937 sobre a legalidade do uso do amianto crisólita no Brasil. No referido julgamento, conforme fato relevante, a Lei Federal não foi considerada inconstitucional. Já a Lei do Estado de São Paulo foi declarada constitucional com a proibição do uso do amianto no Estado. Dada a divergência de interpretações na mídia sobre o resultado do julgamento do STF das ADIs nº 4.066 e 3.937 a Companhia esclareceu, em comunicado ao mercado divulgado em 25 de agosto de 2017, que a proibição do uso do amianto só tem efeito no Estado de São Paulo e não em todo o território nacional. Desta forma, a referida decisão não causou nenhum impacto nas operações da Companhia, pois a Eternit já cumpre a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso do amianto neste território. Para os demais Estados da Federação, as atividades permanecem normais, de acordo com a legislação vigente. Em 29 de novembro de 2017, o plenário do STF julgou a ADI que tinha por objeto a constitucionalidade da Lei do Estado do Rio de Janeiro. Nesta sessão, o STF julgou a Lei constitucional e também declarou incidentalmente inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/95 com efeito *"erga omnes"* e vinculante, ou seja, que se estendem a todos os Estados da Federação tornando a Lei Federal inconstitucional. Em função da publicação da decisão do julgamento do STF referente a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/95, a Companhia paralisou as atividades das suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento), em 05 de dezembro de 2017, conforme fato relevante. Adicionalmente a Eternit informou que acompanhará eventuais embargos de declaração que poderão ser opostos pela entidade representativa do setor para, posteriormente, se posicionar de forma definitiva sobre a consequência de tal decisão nas atividades da Companhia. Em 21 de dezembro de 2017, a Eternit informou que foram suspensos os efeitos da decisão de 29 de novembro de 2017 do STF, no que se refere ao efeito *"erga omnes"*. Até a oposição dos embargos de declaração, a decisão valerá apenas nos Estados que proíbem ou vedam o uso do amianto como matéria prima. Diante da decisão de permissão para os demais estados, a Companhia retomou as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento) até que haja a publicação do acórdão e flúncia do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do despacho. Posteriormente, a empresa se posicionará de forma definitiva. Até o momento da divulgação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve a publicação do acórdão e flúncia do prazo para oposição dos embargos de declaração.

**Ações Cíveis Públicas: Ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho:** Nos últimos anos, o Ministério Público do Trabalho ("MP/T") ajuizou diversas Ações Cíveis Públicas ("ACP") contra a Companhia tendo por objeto: (i) ambiente de trabalho; (ii) questões ambientais e de saúde ocupacional; (iii) substituição do amianto crisólita, dentre outros. Seguem abaixo o *status* de cada ACP em referência: **a) ACP de São Paulo:** Ajuizada em agosto de 2013 referente a unidade da Eternit no município de Osasco/SP, cujas atividades foram encerradas em 1993. Dentre os diversos pedidos, o MP/T requereu o pagamento de R\$ 1 bilhão a título de dano moral coletivo. O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente a ação para condenar a empresa no valor de R\$ 100 milhões, não acolhendo o pedido do MP/T que era de R\$ 1 bilhão. A empresa apresentou recurso ordinário contra a decisão do Juízo de primeira instância que condenou a empresa em R\$ 100 milhões, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado a decisão, em dezembro de 2016, excluindo integralmente a condenação a título de dano moral. Outros pedidos requeridos pelo MP/T a título de dano moral individual também foram reformados, tendo sido reduzidos pelo TRT. A Eternit apresentou recurso de revista contra a decisão não reformada tendo sido o negado seguimento ao recurso. A empresa apresentará recurso de agravo para o que o recurso seja apreciado pelo Tribunal Superior do Trabalho ("TST"). **b) ACP do Rio de Janeiro:** Ajuizada em agosto de 2014 referente a unidade do Rio de Janeiro/RJ. Dentre os diversos pedidos, o MP/T requereu o pagamento de R\$ 1 bilhão a título de dano moral coletivo. O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente a ação para condenar a empresa no valor de R\$ 30 milhões, não acolhendo o pedido do MP/T que era de R\$ 1 bilhão. A empresa apresentou recurso ordinário contra a decisão do Juízo de primeira instância, que condenou a empresa em R\$ 30 milhões, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado a decisão, em novembro de 2017, majorando a condenação a título de dano moral para R\$ 50 milhões. A Eternit apresentará recurso de revista contra a decisão perante

o suas benfeitorias, situado nas cidades de Simões Filho/BA e Anápolis/GO, em garantia da referida execução. O processo se encontra em estágio muito inicial, tendo os assessores jurídicos estimado como possível a probabilidade de perda dos pedidos definitivos da execução. **Recuperação Judicial:** Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladoras e controlada em conjunto, pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, conforme detalhado mais acima. O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018. As informações referentes ao processo estão disponíveis no *website* da CVM e de relações com investidores da Eternit. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados e divulgará oportunamente, na forma da legislação e regulamentação vigentes, demais informações relativas ao processo de recuperação judicial. **Adiantamento de contrato de exportação SAMA:** Subseqüentemente ao encerramento do exercício de 2017, a controlada Sama, obteve das instituições financeiras contratos de empréstimos na modalidade de Adiantamento de contrato de exportação (ACE) no montante total de R\$ 53.828. Os contratos foram firmados com três diferentes instituições financeiras, sendo, Banco Bradesco R\$ 34.731, Banco do Brasil R\$ 15.805 e Banco Safra R\$ 3.292 com prazos de vencimento entre fevereiro e agosto de 2018. **Ação Civil Pública de Vitória da Conquista/BA:** Foi publicada, em 10 de abril de 2018, a decisão de primeira Instância proferida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Vitória da Conquista/BA, em face de sua controlada (SAMA S.A. - MINERAÇÕES ASSOCIADAS - em Recuperação Judicial ("SAMA"), nos autos da Ação Civil Pública ("ACP") ajuizada pelo Ministério Público Federal ("MPF") e pelo Ministério Público do Estado da Bahia, a fim de apurar danos ambientais supostamente existentes na antiga mina de São Felix, município de Poções/BA. Dentre os pedidos do MPF, o mais relevante, e que foi atendido pelo Juízo Federal, foi a fixação de indenização por dano moral ambiental coletivo no montante de R\$ 31 milhões e decretação de indisponibilidade do ativo não-circulante da SAMA, com o bloqueio de distribuições de lucros até o limite da referida condenação judicial. Tal decisão judicial foi proferida em primeira Instância, podendo ser objeto de recursos, não sendo, portanto, definitiva. Segundo seus assessores jurídicos, a imposição judicial já foi contestada por meio de embargos de declaração e será objeto de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ainda segundo a assessoria jurídica responsável pela referida ACP, a probabilidade de perda é considerada como possível além da condenação ser desproporcional e em desacordo com os parâmetros legais vigentes. A ACP se refere à mina de São Felix, que teve operação encerrada em 1967, com o cumprimento de todas as medidas técnicas e jurídicas vigentes à época, ressaltando que a atividade ali exercida era devidamente regulamentada e licenciada pelas autoridades competentes e conforme o previsto na legislação em vigor no País à época.

**10. PERSPECTIVAS:** De acordo com o relatório de Inflação de dezembro de 2017 do Banco Central (BACEN), a economia brasileira demonstra recuperação gradual, refletida no resultado positivo da atividade industrial, expansão do consumo das famílias, gradativa recuperação da confiança dos consumidores e pelas melhores condições no mercado de trabalho. Em linha com este cenário a projeção para 2018 do PIB é 2,8% segundo o relatório FOCUS de 20/04/2018 e o PIB da construção civil de 1,5%, conforme relatório de Inflação. Para o setor de materiais de construção, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) projeta crescimento de 1,5% para 2018 (frente a 2017) e espera que a recuperação do setor, já iniciada, seja de forma lenta e mais forte no varejo de materiais neste ano. A demanda do segmento de construção imobiliária deverá se intensificar no médio prazo, a partir do segundo semestre. Segundo a ANAMACO<sup>(10)</sup>, fatores como a aprovação da reforma tributária; aumento da confiança do consumidor e as mais de 64 milhões de moradias existentes no Brasil que se deterioram pela ação da chuva e do tempo, gerando uma demanda natural por material de construção, devem influenciar positivamente o setor em 2018.

<sup>(10)</sup> ANAMACO: Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção.

A Companhia está inserida no segmento de materiais de construção, cujo desenvolvimento está atrelado ao setor da construção civil, sendo este um importante setor para a atividade econômica brasileira. É importante ressaltar os seguintes desafios para o País e o setor de atuação da Companhia, os quais impactam nossos negócios e a demanda por produtos do nosso portfólio, destinados, principalmente, à construção autogerada: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de emprego e melhora na distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores. A Companhia busca manter o nível de atividade de suas operações em linha com a demanda do mercado, ajustando sua estrutura operacional e melhorando a rentabilidade das unidades de negócios de acordo com seu plano de reestruturação. Em todos os segmentos de atuação, os esforços continuam centrados na recuperação da margem operacional, na busca contínua de redução de custos e despesas operacionais, principalmente, em momentos de baixa ocupação das capacidades instaladas, além de uma adequada precificação de seus produtos visando uma melhor rentabilidade. Para as telhas de fibrocimento a Eternit busca aumentar sua *market-share* em regiões específicas, além de ampliar o número de pontos de venda para se consolidar como líder em todas as regiões do País. Neste sentido, o mercado já dá sinais de recuperação e a Companhia passa a recompor sua estrutura fabril, em determinadas fábricas, para elevar os níveis de produção. No segmento de telhas de concreto, o foco está sendo reestruturado o programa "Clube de Arquitetos" para estabelecer um relacionamento direto com estes profissionais e avançar as vendas por meio do canal B2C (*Business to Consumer*). Na mineração, a Companhia está intensificando sua atuação no mercado externo para compensar a retração do mercado doméstico, aumentando o volume de vendas para os atuais clientes e desenvolvendo novos mercados. A planta de Manaus (AM) já produz e comercializa fibras de polipropileno para aplicação em escala industrial no fibrocimento. A Eternit tem elevado gradativamente a taxa de ocupação desta unidade, ofertando seu produto a terceiros, entre eles fabricantes de telhas de fibrocimento, com possibilidade de para outros segmentos de materiais de construção, tanto no Brasil como no exterior. Já a unidade de louças (CSC) incrementou seu portfólio com produtos para os segmentos de médio e médio luxo com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e obter novos clientes nas regiões Norte e Nordeste, além de dedicar-se à exportação como segmento complementar para diluição de custo fixo. Quanto aos demais negócios, a Companhia também dará foco à expansão de outros produtos como soluções construtivas, caixas d'água de polietileno e metais para cozinhas e banheiros. Com relação ao aspecto jurídico do amianto crisotila, a cadeia produtiva fará os esforços necessários junto ao STF para que seja concedido um prazo mínimo de modulação para que haja condições de cumprir com a exigência legal do plano de fechamento de mina que ocorreria normalmente após sua exaustão. A recuperação judicial, ajuizada em 19 de março de 2018, trata-se de uma medida preventiva a fim de resguardar a operação da Companhia, garantir a continuidade do seu processo de reestruturação e permitir a perenidade de suas atividades. A medida, portanto, foi uma maneira de se antecipar a uma eventual situação em que obrigações financeiras não pudessem ser cumpridas, inviabilizando a sua operação. A Eternit dará prosseguimento a todas as suas atividades de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, com a coordenação de todos os envolvidos no processo de reestruturação. As ações visam a proteger o caixa da empresa, preservar seus colaboradores e garantir as mesmas condições comerciais com seus clientes e fornecedores. A Companhia dará continuidade às suas atividades comerciais e de produção nas unidades industriais em todo o País, com impacto mínimo no dia a dia operacional. A Eternit permanece atenta aos desdobramentos e impactos que poderão ocorrer em função da atual situação macroeconômica, realizando suas operações com rigor financeiro e atuando na política de redução da dívida e capital de giro com foco na sustentabilidade dos negócios.

**11. RODÍZIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES:** Em atendimento à Instrução CVM nº 308/99, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") para auditar as demonstrações financeiras da Companhia a partir do segundo trimestre de 2017, em substituição à EY Auditores Independentes S.S. ("EY"). A contratação da Deloitte visa a atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99 referente à rotatividade de auditores independentes. Adicionalmente, a Companhia informa que obteve a anuência da EY com relação à justificativa para referida mudança, conforme anuência anexa ao Comunicado ao Mercado divulgado em 16 de fevereiro de 2017.

**12. RECONHECIMENTOS:** As diversas premiações demonstram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2017, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Recursos Humanos e *Marketing e Produtos*: a SAMA foi eleita como uma das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar pela Revista Você S/A e a Eternit ganhou o Prêmio ANAMACO, respectivamente. Para conhecer os demais prêmios, acesse [www.etermit.com.br/ri](http://www.etermit.com.br/ri).

**13. CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO:** Conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

**14. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** Ao longo de exercício de 2017, a Eternit utilizou serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("DTT"). Ernst & Young para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as informações financeiras intermediárias referente ao trimestre (ITR) de 31 de março de 2017 da Eternit S.A., Deloitte para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da SAMA S.A. Minerações Associadas para o exercício de 2017, e para informações financeiras intermediárias referente aos trimestres (ITR) 30 de junho de 2017 e 30 de setembro de 2017 da Eternit S.A. A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("DTT") para o exercício de 2017 conforme descrito abaixo: (i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos para PIS e COFINS. Início da contratação em 2014 e finalização em 2018 ("EY"). O valor total dos fees de consultoria pagos a EY foi de R\$ 105 mil, equivalente a 80,18% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa prestados no primeiro trimestre de 2017. (ii) Natureza do serviço: implementação bloco K *Sped* Fiscal. Início da contratação em janeiro de 2017 e finalização em março de 2017 ("DTT"). Apesar da contratação ter ocorrido antes da contratação da DTT como auditor independente, o valor total dos serviços de consultoria pagos a DTT foi de R\$ 59 mil equivalente a 11,68% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

**15. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Os membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V, VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: i) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e ii) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Empresas	Localização da sede social	Atividade principal	Localização da sede social	
			(%) Participação	(%) Capital votante
SAMA S.A. "SAMA"	Minapu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento do mineral crisotila.	99,99%	99,99%
Tégula Soluções para Telhados Ltda. "Tégula"	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.	99,99%	99,99%
Precon Goiás Industrial Ltda. "Precon Goiás"	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.	99,99%	99,99%
Pre Empreendimentos e Participações Ltda. "Pref"	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.	99,99%	99,99%
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda. "Eternit da Amazônia"	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras de polipropileno e pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção.	99,99%	99,99%

São Paulo, 26 de abril de 2018.

**A Diretoria**

**16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores [www.etermit.com.br/ri](http://www.etermit.com.br/ri) ou contate a equipe de RI [ri@etermit.com.br](mailto:ri@etermit.com.br).

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2017, pelo apoio e confiança no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 27 de abril de 2018.

**A Administração**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.922	3.365	6.957	5.143
Aplicações financeiras	5	2.838	32	21.805	2.708
Contas a receber	6	57.493	84.835	141.897	158.663
Estoques	7	59.786	93.582	99.001	160.867
Impostos a recuperar	8	7.283	9.289	12.637	17.861
Partes relacionadas	10.a	17.754	14.819	-	718
Outros ativos circulantes		1.636	2.193	7.854	5.724
		151.722	208.115	290.151	351.684
Ativos mantidos para a venda	11	796	796	7.306	5.291
Total do ativo circulante		152.518	208.911	297.457	356.975
Não circulante					
Depósitos judiciais		8.333	14.384	16.606	22.264
Impostos a recuperar	8	24.578	24.335	34.846	24.746
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	27.666	42.315	45.525	72.655
Partes relacionadas	10.a	10.039	27.982	9.202	15.985
Outros ativos não circulantes		751	1.078	1.617	2.545
Investimentos	9	118.027	203.707	-	3.546
Imobilizado	12	36.965	150.412	155.617	317.716
Intangível	13	1.601	6.069	2.752	26.016
Total do ativo não circulante		227.960	470.282	266.165	485.473
Total do ativo		380.478	679.193	563.622	842.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - exceto o prejuízo líquido por ação)					
Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	24	410.874	494.763	665.739	827.474
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	25	(345.250)	(397.049)	(501.929)	(571.616)
Lucro bruto		65.624	97.714	163.810	255.858
Recargas (Despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(40.008)	(60.616)	(76.545)	(106.593)
Gerais e administrativas	25	(29.695)	(39.740)	(61.942)	(89.134)
Remuneração da administração	25	(8.568)	(8.055)	(14.806)	(11.527)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(34.546)	(12.223)	(39.465)	(8.392)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação	12, 13, 33 e 34	(126.489)	-	(170.927)	(18.109)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(78.654)	(15.335)	(28.629)	(29.337)
Total das despesas operacionais		(317.960)	(135.969)	(392.314)	(263.092)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)												
Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		para investimentos	Ágio na aquisição de ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros					Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	500.098	18	500.116
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	166	-	-	166	(3)	163
Prejuízo do exercício	20	-	-	-	-	-	(37.683)	-	-	(37.683)	1	(37.682)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	37.683	-	-	37.683	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(2.948)	-	(2.948)	-	(2.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	49.137	-	(12.125)	459.633	16	459.649
Redução de capital por acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	164	-	-	164	(1)	164
Prejuízo do exercício	20	-	-	-	-	-	(276.388)	-	-	(276.388)	(1)	(276.389)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	49.301	-	-	49.301	(1)	(276.389)
Perda na atualização do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(12.907)	-	(12.907)	-	(12.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	-	(227.087)	(25.032)	170.502	8	170.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				
Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo líquido do exercício	(276.388)	(37.683)	(276.389)	(37.682)					
Outros resultados abrangentes					Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Perda líquida na atualização do plano de benefício definido	(372)	(3.823)	(12.907)	(4.466)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(261.740)	(44.434)	(244.946)	(27.727)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	1.299	-	1.518	Ajustes para conciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(12.535)	(424)	-	-	Resultado da equivalência patrimonial	9	78.654	15.335	29.337
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(12.907)	(2.948)	(12.907)	(2.948)	Depreciação e amortização	14.512	14.880	35.607	38.572
Resultado abrangente total do exercício	(289.295)	(40.631)	(289.296)	(40.630)	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	26	216	(4)	560
Atribuível a:					Baixa de depósitos judiciais	1.412	-	3.330	-
Acionistas controladores			(289.295)	(40.631)	Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	1.716	1.980	2.608
Acionistas não controladores			(1)	1	Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	25	3.721	(527)	8.077
			(289.296)	(40.630)	Perda por redução ao valor recuperável de ativos	12 e 13	118.891	-	150.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)				
Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	546.743	655.962	837.685
Outras receitas		(240)	87	3.982
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	25	(1.716)	(1.980)	(2.608)
		544.787	654.069	834.802
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(271.319)	(325.811)	(413.809)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(122.432)	(133.597)	(159.621)
Reversão/Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação e doações	33	(1.125)	(1.605)	(2.600)
		(521.365)	(461.013)	(746.957)
Valor adicionado bruto		23.422	193.056	87.845
Depreciação, amortização e exaustão		(14.512)	(14.880)	(35.607)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		8.910	178.176	52.238
Valor adicionado recebido em transferência				296.397
Resultado da equivalência patrimonial	9	(78.654)	(15.335)	(28.629)
Receitas financeiras	27	4.914	21.169	22.734
Outras		206	433	1.100
		(73.534)	6.267	(4.795)
Valor adicionado total a distribuir		(64.624)	184.443	47.443
Pessoal:				
Remuneração direta		62.700	72.985	95.233
Benefícios		23.372	23.281	38.673
FGTS		6.039	7.887	11.044
		92.111	104.153	144.950
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais		71.105	59.103	92.849
Estaduais		25.778	22.582	20.533
Municipais		2.937	2.200	3.628
		99.820	83.885	117.010
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros		14.318	27.348	39.176
Alugu				

**Corporação de controle:** Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da controlada Wagner da Amazônia Ltda. pela Wagner S.A. e, conseqüentemente, a Wagner S.A. pela Eternit. A incorporação ocorreu pelo valor de custo com base no laudo de incorpidação elaborado por empresa terceira especializada. Os ativos e passivos, em 20 de dezembro de 2017, são como segue:

Ativo Líquido Incorporado - Wagner S.A.		Passivo	
Ativo Circulante:		Circulante:	
Partes relacionadas	1.421	Partes relacionadas	2
Impostos a recuperar e outros ativos	69	Impostos a recolher	4
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.490</b>	<b>Total passivo circulante</b>	<b>6</b>
Não circulante:		Não circulante:	
Partes relacionadas	3.270	Provisões para riscos	1.013
Depósitos judiciais	1.013	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.013</b>
Outros ativos	130		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.413</b>	<b>Acevo líquido incorporado</b>	<b>4.886</b>

**1.2. Reestruturação operacional:** Em 2017, o Grupo iniciou um plano de reestruturação de suas operações com o objetivo de melhorar a rentabilidade de suas unidades de negócio, onde as principais ações foram: • Renovação da Diretoria executiva, com a eleição do novo CEO e diretor comercial; • Redução da estrutura de mão de obra direta e indireta do Grupo; • Redesenho da área comercial com o objetivo de aumentar o *market-share* em regiões específicas, ampliação do número de pontos de revenda e retomada do clube de arquitetos para alavancar as vendas do canal B2C (específico de telhas de concreto); • Criação de um novo modelo corporativo para o processo de aquisição de matérias primas, insumos, logística e planejamento de produção na área de *Supply-Chain*, além da criação da área de *Pricing* para melhoria da precificação dos produtos do Grupo; • Substituição da matéria prima amianto crisotila por fibras sintéticas na produção de telhas de fibrocimento. O processo de substituição já foi iniciado e a mudança completa será concluída até dezembro de 2018. Atualmente, apenas a unidade de Anápolis (controlada Precon Goiás) utiliza o amianto na produção de telhas. • Redirecionamento da produção total do amianto para o mercado externo. A produção de fibras de amianto crisotila pela controlada SAMA já vem sendo gradativamente direcionada para o mercado externo; • Elevação da taxa de ocupação da fábrica de Manaus de 25% para 85%, responsável pela produção de fibras de polipropileno, material usado na fabricação de telhas de fibrocimento, em substituição ao amianto crisotila; • Encerramento de 4 unidades deficitárias da controlada Tégula; • Criação de equipes dedicadas a comercialização de outras soluções construtivas onde a participação é insípiente no faturamento do Grupo; • Direcionamento no mercado de louças sanitárias para mercados mais rentáveis com incremento do seu portfólio para os segmentos médio e luxo; • Pedido de Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto (ação tomada em período subsequente 2018, conforme divulgado no item 1.3 abaixo). Os principais impactos contábeis do plano de reestruturação, bem como de desmobilização, estão descritos na nota explicativa nº 33. **1.3. Recuperação Judicial:** Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, Pedido de Recuperação Judicial ("pedido") perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005. O pedido, complementa, uma série de medidas administrativas e operacionais que já vinham sendo adotadas pela Companhia e foi aprovado ad *referendum* pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na mesma data. O pedido tem o intuito de atender ao melhor interesse de todas as sociedades que integram o Grupo, em especial: i. preservar a continuidade das atividades do Grupo e sua função social, com o cumprimento dos compromissos assumidos com seus clientes; ii. preservar, de forma organizada e responsável, os interesses e direitos de seus fornecedores, credores e acionistas; e iii. proteger o do caixa Grupo objetivando mitigar riscos operacionais. O pedido de Recuperação Judicial se deve, principalmente, i. a persistente deterioração dos fundamentos da economia, que afetaram drasticamente os setores de construção civil e louças sanitárias, justamente os mercados atendidos pelo Grupo; ii. as discussões legais acerca da extração, industrialização, utilização, comercialização, transporte e exportação do amianto, que vêm impactando as operações do Grupo e limitando o acesso do Grupo à concessão de novas linhas de crédito; e iii. a queda na demanda e nos preços de venda do amianto, nos mercados nacional e internacional, reduzindo a rentabilidade. O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pela Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018. As informações referentes ao processo estão disponíveis no *website* da CVM e de relações com investidores da Eternit. **1.4. Continuidade operacional:** A recuperação judicial, como citado acima, faz parte da reestruturação do Grupo e de suas controladas e controlada em conjunto e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, com modernidade, inovação e foco na rentabilidade dos negócios do Grupo, além do efeito de suspensão das ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo e também o curso dos respectivos prazos precisionários. O Grupo apresentará dentro do prazo legal um plano a ser submetido à aprovação da assembleia de credores, o que garantirá o pagamento integral desses credores. A não aprovação do plano da recuperação judicial poderia ter reflexos na não continuidade do Grupo, mas a Administração considera essa hipótese remota, pois a maior parte da dívida é constituída extracorporal (passiva garantida por ativos de exportação), outra parte tem garantia real e a parte que é submetida a recuperação judicial terá como objeto o alongamento desta dívida. Ainda assim, o Grupo poderia se desfazer de ativos para fazer frente aos credores e sem afetar a operação. A Administração trabalha com a hipótese de se manter em recuperação judicial no menor tempo possível, dado que foi uma medida protetiva. Neste contexto, a Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, com exceção da recuperação judicial (citada acima) e da controlada SAMA, cujo faturamento representa 25% do total do Grupo, responsável pela extração e beneficiamento do amianto crisotila, que está relacionado exclusivamente à questão jurídica do amianto, conforme divulgado abaixo. Questão jurídica do amianto: A questão jurídica referente às Lei Estaduais e Federal que regulam a atividade do amianto crisotila no Brasil tramitam perante o Supremo Tribunal Federal ("STF") desde 2001, sendo que não houve decisões da Suprema Corte para as Apções Diretas de Inconstitucionalidade ("ADIs") que pudesse afetar a continuidade das operações da controlada SAMA em exercícios anteriores. O STF retomou o julgamento, em agosto de 2017, das ADIs nº 4.066 e 3.937 sobre a legalidade do uso do amianto crisotila no Brasil. No referido julgamento, a Lei Federal nº 11 foi considerada inconstitucional. No entanto, a Lei do Estado de São Paulo foi declarada constitucional proibindo o uso do amianto nesse Estado. Dada a divergência de interpretações na mídia sobre o resultado do julgamento do STF nas ADIs nº 4.066 e 3.937 a Companhia esclareceu, em comunicado ao mercado divulgado em 25 de agosto de 2017, que a proibição do uso do amianto só tinha efeito no Estado de São Paulo e não em todo o território nacional. Desta forma, a referida decisão não causou nenhum impacto nas operações da Companhia, inclusive nas demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2017, pois a Eternit já cumpre a Lei nº 12.694/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso do amianto neste Estado. Para os demais Estados da Federação, as atividades permaneceram normais, de acordo com a legislação vigente à época. Em 29 de novembro de 2017, o plenário do STF julgou a ADI que tinha por objeto a constitucionalidade da Lei do Estado do Rio de Janeiro. Nesta sessão, o STF julgou a Lei constitucional e também declarou incidentalmente inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995 com efeito *"erga omnes"* e vinculante, ou seja, que se estendem a todos os Estados da Federação tornando a Lei Federal inconstitucional. Em função da publicação da decisão do julgamento no STF referente a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995, o Grupo paralisou as atividades das suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento), em 5 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a Eternit informou que acompanharia eventuais embargos de declaração que poderão ser opostos pela entidade representativa do setor para, posteriormente, se posicionar de forma definitiva sobre a consequência de tal decisão nas atividades do Grupo. Em 21 de dezembro de 2017, a Eternit informou que foram suspensos os efeitos da decisão de 29 de novembro de 2017 do STF, no que se referia ao efeito *"erga omnes"*. Até a oposição dos embargos de declaração, a decisão valerá apenas nos Estados que proíbem ou vedam o uso do amianto como matéria prima. Diante da decisão de permissão para os demais estados, o Grupo retomou as atividades de suas controladas SAMA e Precon Goiás até que haja a publicação do acórdão e flúencia do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho. Para a controlada Precon Goiás não há riscos de continuidade, pois os investimentos não são relevantes para adaptar a única linha de produção de telhas de fibrocimento de amianto para fibras sintéticas ou transferir esta linha para a fábrica de Goiânia da Eternit ou até mesmo para outra região estratégica visando o efeito *"market-share"* neste segmento. Independente da publicação do acórdão, há uma grande incerteza em relação à proibição definitiva do amianto produzido pela SAMA, pois segundo o STF, a modulação (*phase out*) seria discutida nos embargos de declaração, que só ocorre após a flúencia do prazo após a publicação do acórdão. Alguns países da União Europeia tiveram prazo de 5 (cinco) anos para a substituição do amianto, levando em conta que as reservas minerárias já tinham se esaurido e não tinham demandas pelo produto acabado. Mesmo assim tiveram 5 (cinco) anos e outros países de economias desenvolvidas ainda usam o amianto, como os EUA e Alemanha, além dos países da Ásia que demandam o amianto. Atualmente o consumo mundial de amianto é superior a um milhão de toneladas. A realidade no Brasil é diferente, a jazida de amianto, cuja concessão foi cedida pelos Governos Federal e Estadual à SAMA tem reserva mineral conhecida e prospectada para mais de 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o atual nível de extração. A Administração considera como melhor alternativa contábil o mesmo prazo que os países da União Europeia tiveram para que sua controlada SAMA continue operando e destinando toda sua produção à exportação, principalmente, para países da Ásia. Até a divulgação destas demonstrações financeiras o referido acórdão não foi publicado, portanto, seguem normalmente as atividades das controladas SAMA e Precon Goiás. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Grupo. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de abril de 2018. **2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:** As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas e controlada em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são ajustadas para atender este critério. **2.1. Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descritas nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("SCS", considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior em regime de controle em conjunto, cuja não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11). A participação dos acionistas não controladores e das empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado financeiro das controladas é reconhecido através do método de equiva-

lência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas. O exercício social das controladas incluído na consolidação coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Aplicações financeiras:** Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização. **2.6. Contas a receber:** São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas em créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. O montante de perdas em créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. **2.7. Estoque:** São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custo necessário para realizar a venda, o qual não excede o valor líquido realizável. A perda estimada para redução ao valor líquido recuperável considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil econômica estimada de cada ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis:** No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado por menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescido dos encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. No exercício de 2017, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis. **2.10. Provisão para benefícios pós-emprego:** O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2017. **2.10.1. Custos de aposentadoria e benefícios rescisórios:** Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remuneração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorre. A remuneração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reconhecida para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue: • Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações). • Despesa ou receita financeira líquida. • Remensuração. O Grupo apresenta os dois primeiros componentes de custos de benefícios definidos no resultado na rubrica "Provisão para benefício pós-emprego". Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados. A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos. Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando a entidade reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes. **2.10.2. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo:** Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que serão pagos pelo Grupo referentes aos serviços efetuados e que os empregados não irão mais exercer. **2.11. Contribuição de empregados e terceiros: planos de benefícios definidos:** Contribuições disciplinares realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano. Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue: • Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido. • Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado. **2.11. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **2.12. Subvenção governamental:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente na rubrica receita operacional líquida durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece o custo das despesas nos serviços efetuados, que as subvenções pretendidas correspondem. **2.13. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. **2.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15. Receita operacional líquida:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber,

deduzida de quaisquer estimativas de desenvolvimentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita na venda de produtos é reconhecida quando: • O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; e • O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; e • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **2.16. Receitas e despesas financeiras:** A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta o recebimento dos recebimentos de caixa futuros. A receita de juros é dada pela vista estimada do ativo financeiro no relatório ao valor contábil líquido inicial desse ativo. **2.17. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. **2.18. Instrumentos financeiros:** O Grupo opera com instrumentos financeiros com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos. Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados como segue: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras. **ii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não classificados como ativos a receber ou como ativos a longo prazo e não sendo classificados como: (a) empréstimos em relação a (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. **iii) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. **iv) Outros passivos financeiros:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais. **2.19. Normas, alterações e interpretações de normas:** **2.19.1. Normas, alterações e interpretações de normas para exercícios iniciais a partir de 01 de janeiro de 2017:** Resumo dos normativos emitidos ou revisados, cujas alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017. **Alterações às IAS 7 - Iniciativa de divulgação:** Requerimento: As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. As alterações são aplicáveis prospectivamente. As entidades não são obrigadas a apresentar informações comparativas para períodos anteriores quando adotam as alterações pela primeira vez. Impacto nas demonstrações financeiras: O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma. **Alterações às IAS 12 - Reconciliação de impostos diferidos ativos para perdas a realizar:** O requerimento: As perdas reconhecidas sobre a existência de um ativo de dívida (mensurado a valor justo para qual a base de cálculo permanece determinada ao custo do início da diferenças temporárias dedutíveis, independentemente se o titular do instrumento de dívida espera recuperar o respectivo valor contábil por meio de venda ou uso, ou se for provável que o emissor liquide todos os fluxos de caixa contratuais. Ao avaliar se lucros tributáveis estarão disponíveis para que a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e quando a legislação tributária restringe a utilização de perdas à dedução de lucros de um tipo específico (por exemplo, perdas de capital somente podem ser compensadas com ganhos de capital), uma entidade avalia a diferença temporária dedutível em conjunto com outras diferenças temporárias dedutíveis daquele tipo, mas separadamente de outros tipos de diferenças temporárias dedutíveis. A estimativa de lucro tributável futuro provável pode incluir a recuperação de alguns dos ativos da entidade em valor acima do seu valor contábil se houver evidência suficiente de que é provável que a entidade conseguirá fazê-lo. Ao avaliar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes, uma entidade deve comparar as diferenças temporárias dedutíveis com os lucros tributáveis futuros, eliminando as deduções fiscais resultantes da reversão daquelas diferenças temporárias dedutíveis. Impacto nas demonstrações financeiras: O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma. **Alterações às IFRS 12 Incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRS's 2014 - 2016:** Requerimento: As melhorias anuais ao ciclo de IFRS's 2014-2016 incluem alterações em várias IFRS's, estando uma delas em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017. IFRS 1 - Adoção inicial (IFRS's) - Eliminação de Isenção de curto prazo para adotantes iniciais; IAS 28 - Investimentos em Coligadas e *Joint Ventures* - Avaliação de *Joint Venture* ao valor justo; IFRIC 22 - Transações em moedas estrangeiras e adiantamentos - Aborda como deve ser definida a data da transação com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial do ativo; IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - Esclarecimento sobre a entidade não ser obrigada a publicar informações financeiras resumidas sobre participação em controladas, coligadas ou *Joint Ventures* classificadas como mantidas para venda. Impacto nas demonstrações financeiras: O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para as normas em questão. **Exceção à IFRIC 22** que está sob avaliação, com vigência a partir de 01/01/2018. **2.19.2. Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018:** As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRS's prevejam a adoção antecipada, no Brasil entre reguladores tem vedado essa antecipação para registrar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras: **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** Requerimento: Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Foi eliminada a possibilidade da avaliação retrospectiva e da avaliação da eficácia do *hedge accounting* no intervalo entre 80 e 125%, para este último caso deverá a própria entidade avaliar a relação da eficácia do *hedge*. Também fica proibido a interrupção voluntária do *hedge accounting* se o objetivo de gestão de risco se mantiver. Impacto nas demonstrações financeiras: O Grupo avaliou os impactos detalhado dos três aspectos do CPC 48 (IFRS 9) em 2017. E essa avaliação toma como base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas pelo Grupo. Não houve impacto significativo no balanço patrimonial e demonstrações do resultado. Abaixo estão os principais tópicos avaliados: • Classificação e mensuração: O Grupo continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos a valor justo e para os ativos avaliados ao custo amortizado tais como contas a receber de clientes foram avaliadas as características contratuais e de *riskscoring* de seus contratos; • Redução ao valor recuperável: O Grupo segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais segregando seu contas a receber em construtoras/engenharia, consumidor final e revendedor, o Grupo espera aplicar uma abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9) o Grupo não reconhecia desta norma as perdas esperadas. • Contabilidade de *hedge*: Considerando os controles atuais mantido pelo Grupo, não há fatores e/ou ajustes relevantes. **CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente:** Requerimento: A norma substitui o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornece um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e incorporação imobiliária. Impacto nas demonstrações financeiras: O Grupo avaliou os princípios fundamentais da IFRS 15 onde introduziu um modelo de 5 passos para o reconhecimento de receita: • Identificar o contrato com o cliente; • Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato; • Determinar o preço da transação; • Alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho previstas em contrato; • Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. O Grupo reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes: Exploração e beneficiamento do mineral crisotila, industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios, industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento, industrialização, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias e cerâmica e acessórios para banheiro em geral. Dentro das premissas de 5 passos para reconhecimento da receita o Grupo identificou obrigações de bonificação e multas por descumprimento contratual, que devem compor a receita a partir de 2018 porém não são significativas para o faturamento do Grupo. **2.19.3. Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2019: CPC 06 (IFRS 16, IAS 17) - Arrendamento Mercantil:** Requerimento: A norma altera o entendimento sobre arrendamento mercantil para efetivar o registro como *leasing* financeiro. E, entretanto, a nova norma prevê a facilidade de um registro único sob o modelo de balanço patrimonial. A norma estabelece também os princípios para reconhecimento e mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendamentos: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamento de curto prazo (até 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento com resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de avaliação do ativo de direito de uso como o ajuste do ativo de direito de uso. Impacto nas demonstrações financeiras: O Grupo está em processo de avaliação do impacto da aplicação da IFRS 16/CPC 06(R2) e espera mudanças não relevantes na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial a partir de sua vigência.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	400	52	2.270	1.639
Aplicações em certificados de depósito bancários	4.522	3.313	4.687	3.504
	4.922	3.365	6.957	5.143

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), aplicadas em renda fixa, são remuneradas pela taxa média de 15,42% (15,69% em 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016

Fundos de investimentos	2.838	32	21.805	2.708
-------------------------	-------	----	--------	-------

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pela taxa média de 102,4% da variação do CDI (106,2% em 2016). São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), que não possuem prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016

Mercado interno	60.690	89.718	76.442	121.174
Mercado externo	-	-	71.752	46.124
	60.690	89.718	148.014	167.298

Ajuste a valor presente - (119) (317)

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(3.197)	(4.883)	(5.998)	(8.318)
	57.493	84.835	141.987	158.663

**Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2	



Continuação

**Perda por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício:**

**Perda de ativos por substituição da matéria-prima:** Refere-se a provisão para perda efetuada durante o exercício de 2017 de itens do ativo imobilizado que eram exclusivamente relacionados a fabricação de produtos com amianto. Dessa forma, em virtude das alterações nos negócios do Grupo, em linha com o processo de reestruturação (conforme divulgado na nota explicativa nº 1), o Grupo entendeu que esses ativos perderam seu valor recuperável. Foram reconhecidos os montantes de perda de R\$ 5.519 na controladora e R\$ 7.397 no consolidado, registrados na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação" na demonstração do resultado. **Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment:** Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo fez a revisão do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa "UGC". A revisão efetuada com base no cálculo do valor em uso, resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 96.813 na controladora e R\$ 126.194 no consolidado, reconhecidas no resultado do exercício na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação". O montante de perda registrada referem-se aos segmentos de fibrocimento, mineral crisotila e telhas de concreto, conforme abertura detalhada na nota explicativa nº 28 - Informações por segmento. As premissas utilizadas no cálculo do valor em uso estão divulgadas conforme nota explicativa nº 34 - Perda por redução ao valor recuperável.

**13. INTANGÍVEL**

	Controladora			
	Software	Software em andamento	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.068	1.693	14.761	
Adições	-	846	846	
Transferência	2.131	(2.131)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.199	408	15.607	
Adições	-	619	619	
Baixas	(2)	-	(2)	
Transferência	823	(823)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.020	204	16.224	
Vida útil (em anos)	5	-	-	
<b>Amortização</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.811)	-	(7.811)	
Adições	(1.727)	-	(1.727)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.538)	-	(9.538)	
Adições	(1.706)	-	(1.706)	
Baixas	2	-	2	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.242)	-	(11.242)	
<b>Perda por redução do valor recuperável</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(3.381)	-	(3.381)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.381)	-	(3.381)	
<b>Valor residual</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.661	408	6.069	
Saldo em 30 de dezembro de 2017	1.397	204	1.601	

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Controladora			Consolidado		
	Encargos financeiros	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP	-	-	1.487	1.365	2.852
Total moeda nacional		-	-	1.487	1.365	2.852
Moeda estrangeira						
Para aquisição de máquinas e equipamentos (*)	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP De 2,71% e matéria-prima	1.339	1.339	2.890	1.339	4.229
Para aquisição de matéria-prima	2,73% a.a. + V.C. US\$	1.046	1.046	4.800	1.110	5.910
Total moeda estrangeira	116,76% a.a. do CDI	-	-	1.699	-	1.699
		2.385	2.385	9.389	2.449	11.838
		2.385	2.385	10.876	3.814	14.690

(\*) Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldos indexados pela SELIC e TJLP.

	Controladora			Consolidado		
	Encargos financeiros	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP	-	-	2.291	2.008	4.299
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% e 8,24% a.a.	2.868	33.790	165	36.493	36.658
Para capital de giro NCE	De 123,40% a 125,00% do CDI	10.614	10.614	21.091	-	21.091
Total moeda nacional		13.482	33.790	23.547	38.501	62.048
Moeda estrangeira						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,98% a 3,23% a.a. + V.C. US\$	10.593	4.780	15.373	12.129	27.597
Para aquisição de matéria-prima	De 2,71% e 2,73% a.a. + V.C. US\$	1.046	-	1.046	4.800	5.910
Para aquisição de capital de giro NCE (Nota de crédito exportação)	118,00% do CDI	-	-	1.699	-	1.699
Para aquisição de capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	2,80% e 4,22% a.a. + V.C. US\$	33.767	-	33.767	11.552	45.319
Total moeda estrangeira		45.406	4.780	50.186	16.578	66.764
		58.888	38.570	69.288	55.079	124.367

Os vencimentos do saldo do não circulante são conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	12.921
2019	8.835	9.720
2020	4.055	4.131
2021	4.055	4.055
2022	4.055	4.055
2023 até 2027	17.570	20.197
	38.570	55.079

O Grupo não possui cláusulas restritivas financeiras em seus contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo estava em conformidade com as cláusulas restritivas não financeiras. Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 31.

**16. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Férias	6.872	8.576	10.179	14.322
Participação nos lucros e resultados	177	1.314	803	4.232
Bônus	1.107	-	3.218	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	288	576	397	1.002
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.594	1.941	2.375	3.322
Outros	-	6	252	510
	10.038	12.413	17.224	23.388
Circulante	9.588	12.413	15.916	23.388
Não circulante	450	-	1.308	-

**17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	24	1.940
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	12	344
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	6.412	9.854	9.127	15.356
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.582	2.410	1.775	2.832
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	955	1.960	1.487	2.642
Programa de integração social - PIS	207	397	316	546
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	695	1.021	1.115	1.967
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	983	885
Outros	171	134	350	447
	10.022	15.776	15.189	26.959
Circulante	8.258	14.030	12.036	22.260
Não circulante	1.764	1.746	3.153	4.699

(\*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais produzir e desenvolve na controladora, fomentar na controladora precon e produzir na controladora Tégula.

**18. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO: a) Benefícios futuros de saúde:** O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juro atuarial real	5,08%	6,14%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	4,40%	5,15%
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

(ii) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	2.926	3.184	4.870	5.115
Não circulante	38.883	37.128	63.960	50.104
	41.809	40.312	68.830	55.219

(iii) A despesa com o benefício foi registrada na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos juros e serviços corrente	4.309	4.653	5.819	6.318
Benefícios pagos	(3.184)	(2.752)	(5.115)	(4.892)
Resultado líquido com benefício	1.125	1.901	704	1.426

	Consolidado				
	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.713	19.995	1.416	1.693	45.817
Adições	-	-	-	1.113	1.113
Baixas	(65)	(3.436)	(466)	-	(3.967)
Transferências	2.398	-	-	(2.398)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.046	16.559	950	408	42.963
Adições	-	-	-	1.061	1.061
Baixas	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	1.261	(1)	6	(1.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.305	16.558	956	203	44.022
Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-
<b>Amortização</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14.170)	-	-	-	(14.170)
Adições	(2.799)	-	-	-	(2.799)
Baixas	22	-	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16.947)	-	-	-	(16.947)
Adições	(2.667)	-	-	-	(2.667)
Baixas	2	-	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.612)	-	-	-	(19.612)
<b>Perda por redução do valor recuperável</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Perda por redução do valor recuperável	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
<b>Valor residual</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.099	16.559	950	408	26.016
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.549	-	-	203	2.752

**Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício:** O saldo de ágio foi originado quando da aquisição da controlada SAMA e está alocado na UGC de mineral crisotila. O valor recuperável desta UGC, com base em fluxo de caixa descontados, resultou na baixa do ágio diretamente alocado nessa UGC, em função de não haver expectativa de rentabilidade futura. O valor de perda reconhecido no resultado foi de R\$ 16.558 na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação" na demonstração do resultado. **Marcas e patentes:** O montante de marcas e patentes registrados estão alocados diretamente na UGC de telhas de concreto. O valor recuperável desta UGC também foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados e resultou na baixa do montante total. O valor de perda reconhecido no resultado foi de R\$ 956 na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação" na demonstração do resultado. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão descritas conforme nota explicativa nº 34 - Perda por redução ao valor recuperável.

**14. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	18.319	18.989	26.526	31.694
Mercado externo	558	1.613	558	1.872
	18.877	20.602	27.084	33.566

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	Total	31/12/2017	31/12/2016	Total
Moeda nacional						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP	-	-	1.487	1.365	2.852
Total moeda nacional		-	-	1.487	1.365	2.852
Moeda estrangeira						
Para aquisição de máquinas e equipamentos (*)	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP De 2,71% e matéria-prima	1.339	1.339	2.890	1.339	4.229
Para aquisição de matéria-prima	2,73% a.a. + V.C. US\$	1.046	1.046	4.800	1.110	5.910
Total moeda estrangeira	116,76% a.a. do CDI	-	-	1.699	-	1.699
		2.385	2.385	9.389	2.449	11.838
		2.385	2.385	10.876	3.814	14.690

(\*) Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldos indexados pela SELIC e TJLP.

	Controladora			Consolidado		
	Encargos financeiros	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP	-	-	2.291	2.008	4.299
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% e 8,24% a.a.	2.868	33.790	165	36.493	36.658
Para capital de giro NCE	De 123,40% a 125,00% do CDI	10.614	10.614	21.091	-	21.091
Total moeda nacional		13.482	33.790	23.547	38.501	62.048
Moeda estrangeira						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,98% a 3,23% a.a. + V.C. US\$	10.593	4.780	15.373	12.129	27.597
Para aquisição de matéria-prima	De 2,71% e 2,73% a.a. + V.C. US\$	1.046	-	1.046	4.800	5.910
Para aquisição de capital de giro NCE (Nota de crédito exportação)	118,00% do CDI	-	-	1.699	-	1.699
Para aquisição de capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	2,80% e 4,22% a.a. + V.C. US\$	33.767	-	33.767	11.552	45.319
Total moeda estrangeira		45.406	4.780	50.186	16.578	66.764
		58.888	38.570	69.288	55.079	124.367

**b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2017:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em 1º de janeiro de 2017	40.312	55.219	25.954	34.150
Custo dos juros e serviços do exercício	4.309	5.819	4.309	5.819
Benefícios pagos	(3.184)	(5.115)	(3.184)	(5.115)
Ajustes de experiência	372	12.907	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões sobre vendas	(10.217)	(12.353)	(15.759)	(18.105)
Despesas de vendas variáveis (**)	-	-	(14.111)	(18.373)
Aluguel de bens móveis	(6.321)	(6.546)	(8.958)	(10.525)
Gastos de paradas excepcionais	(2.950)	(2.648)	(8.948)	(5.707)
Despesas com viagens	(2.303)	(3.771)	(3.662)	(6.414)
Despesas com material e serviços de informática	(2.974)	(4.139)	(4.218)	(6.445)
Propaganda e publicidade	(1.002)	(9.135)	(1.846)	(11.499)
Contribuição para entidades de classe	(365)	(1.587)	(1.750)	(4.219)
Impostos e taxas	(1.250)	(1.193)	(2.713)	(3.528)
Perda em créditos de liquidação duvidosa	(1.716)	(1.980)	(2.608)	(3.420)
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	(3.721)	727	(8.077)	38
Outras	(741)	(566)	(1.774)	(2.170)
	<b>(423.521)</b>	<b>(505.460)</b>	<b>(655.222)</b>	<b>(778.870)</b>

(\*) Quebra no processo produtivo em função de maior participação de fibras sintéticas no processo produtivo.  
(\*\*) Contempla o valor de depreciação de parada excepcional de R\$ 705 na controladora e de R\$ 3.055 no consolidado (Em 2016 controladora R\$ 229 e no consolidado R\$ 1.899).  
(\*\*\*) Despesa com royalties variáveis sobre o faturamento da controladora SAMA pago ao Governo do Estado de Goiás.

## 26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado	69	22	674	3.395
Alugáveis	-	-	675	614
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	32	-	5.186	9.492
Benefício ICMS crédito estímulos	-	-	5.078	2.581
Outras	882	533	1.786	2.460
	<b>983</b>	<b>555</b>	<b>13.399</b>	<b>18.542</b>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	(9.548)	338	(12.918)	(1.925)
Provisão para benefício pós-emprego	(4.309)	(4.653)	(5.819)	(6.318)
Recuperação ambiental	-	-	(1.388)	(1.262)
Garantia de qualidade	(1.705)	(967)	(2.176)	(1.192)
Substituição de produto avariado	(365)	(287)	(365)	(287)
Gastos com indenizações trabalhistas e civis	(7.542)	(5.869)	(10.415)	(5.159)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(285)	(18)	(1.234)	(274)
FibraPrev - previdência privada	-	-	-	(5.387)

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

	31/12/2017			
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro líquido
<b>Fibrocimento</b>				
Sudeste	119.031	31.782	84.553	14.345
Sul	31.196	43.391	116.388	19.762
Centro-Oeste	66.623	49.736	167.707	39.492
Norte e Nordeste	17.504	29.862	79.734	13.528
	<b>234.354</b>	<b>154.771</b>	<b>448.382</b>	<b>87.127</b>
<b>Mineral crisotila</b>				
Mercado local	186.461	158.148	23.951	14.749
Mercado externo	-	-	139.431	53.409
	<b>186.461</b>	<b>158.148</b>	<b>163.382</b>	<b>67.799</b>
<b>Telhas de concreto</b>				
Mercado local	25.528	6.671	30.043	7.709
<b>Outros (*)</b>				
Mercado local	117.279	73.522	23.932	1.176
Total	<b>563.622</b>	<b>393.112</b>	<b>665.939</b>	<b>163.810</b>

(\*) Contemplado (R\$ 28.629) de equivalência patrimonial da controladora em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

	31/12/2016			
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro líquido
<b>Fibrocimento</b>				
Sudeste	254.781	27.460	96.919	19.074
Sul	48.207	36.721	147.288	29.031
Centro-Oeste	85.579	48.534	191.667	43.137
Norte e Nordeste	32.219	25.147	90.496	17.810
	<b>420.786</b>	<b>137.862</b>	<b>526.370</b>	<b>109.052</b>
<b>Mineral crisotila</b>				
Mercado local	229.984	144.620	92.877	58.714
Mercado externo	-	-	134.245	17.225
	<b>229.984</b>	<b>144.620</b>	<b>227.122</b>	<b>75.939</b>
<b>Telhas de concreto</b>				
Mercado local	48.609	21.601	41.804	8.142
<b>Outros (*)</b>				
Mercado local	143.069	78.716	32.178	7.225
Total	<b>842.448</b>	<b>382.799</b>	<b>827.474</b>	<b>255.858</b>

(\*) Contemplado (R\$ 29.337) de equivalência patrimonial da controladora em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

## 29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados pelo Grupo, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros têm vencimento médio em Julho de 2018.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura	
		R\$	US\$
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e veicular	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	396.716	-

## 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 30.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: a) Análise dos instrumentos financeiros:

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A seguir está apresentada uma tabela de comparação por tipo de instrumentos financeiros do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos financeiros:</b>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Contas a receber	57.493	84.835	141.897	158.663
Partes relacionadas	27.793	42.801	9.202	16.703
	<b>85.286</b>	<b>127.636</b>	<b>151.099</b>	<b>175.366</b>
Mensurados ao valor justo:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.922	3.365	6.957	5.143
Aplicações financeiras	2.838	92	21.805	2.708
	<b>7.760</b>	<b>3.397</b>	<b>28.762</b>	<b>7.851</b>
Total ativos financeiros	<b>93.046</b>	<b>131.033</b>	<b>179.861</b>	<b>183.217</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	18.877	20.602	27.084	33.566
Empréstimos e financiamentos	2.385	14.690	97.458	124.367
Partes relacionadas	38.398	61.405	89	-
	<b>59.660</b>	<b>96.697</b>	<b>124.631</b>	<b>157.933</b>
Mensurado ao valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	383	-	687
	-	383	-	687
Total passivos financeiros	<b>59.660</b>	<b>97.080</b>	<b>124.631</b>	<b>158.620</b>

	Consolidado	Taxa			
		Posição em 31/12/2017	Depreciação da taxa	Apreciação da taxa	
	Risco	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD	3.3074	1.6537	2.4806	4.1343	4.9611
Clientes mercado externo	USD	71.572	(35.786)	(17.893)	17.893
USD	3.3080	1.6540	2.4810	4.1350	4.9620
Fornecedores mercado externo	USD	(558)	279	140	(279)
ACE	USD	(33.767)	16.884	8.442	(8.442)
Financiamentos	USD	(16.419)	8.210	4.105	(4.105)
<b>Total das exposições</b>	<b>20.828</b>	<b>(10.413)</b>	<b>(5.206)</b>	<b>5.206</b>	<b>10.413</b>

**b) Riscos de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) a taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	4.522	3.313	4.687	3.504
Aplicações financeiras de curto prazo	2.838	32	21.805	2.708
Empréstimos e financiamentos	-	(1.878)	(10.614)	(22.969)
Total da exposição à taxa de juros	<b>7.360</b>	<b>1.467</b>	<b>15.878</b>	<b>(16.757)</b>

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária. Dessa forma, o Grupo avalia periodicamente a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

Análise de sensibilidade para curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Risco de redução		Risco de aumento		
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI	6,89%	3,45%	5,17%	8,61%	10,34%	
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	4,68%	(161)	(81)	81	161
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	21,805	(751)	(376)	376	751
Total aplicações		26,492	(912)	(457)	457	912

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para destinação de resíduos (*)	(9.017)	-	(9.017)	-
Auto de infração	-	-	(967)	-
Outras	(2.758)	(1.322)	(8.565)	(5.130)
	<b>(35.529)</b>	<b>(12.778)</b>	<b>(52.864)</b>	<b>(26.934)</b>
Resultado operacional líquido	(34.546)	(12.223)	(39.465)	(8.392)

(\*) O Grupo constitui provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição, os quais reutilizava em seu processo produtivo. Os resíduos são originados do processo de quebra ou devoluções e essa reutilização tem sido reduzida gradativamente de acordo com a produção de telhas com fibras sintéticas.

## 27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(785)	(1.028)	(7.530)	(12.333)
Juros sobre mútuos	(2.951)	(5.043)	-	-
Juros passivos	(89)	(163)	(1.115)	(621)
Despesas bancárias	(1.990)	(2.238)	(2.392)	(2.657)
Descontos concedidos	(3.400)	(2.977)	(3.690)	(4.677)
IOF	(557)	(593)	(715)	(885)
PIS e COFINS	(861)	(899)	(1.173)	(1.308)
Variações cambiais passivas	(957)	(12.326)	(15.507)	(42.114)
Variações monetárias passivas das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	(2.584)	(1.682)	(6.886)	(5.482)
Outras	(144)	(399)	(168)	(1.158)
	<b>(14.318)</b>	<b>(27.348)</b>	<b>(39.176)</b>	<b>(71.235)</b>
Receitas financeiras:				
Rendimento aplicações financeiras - incluindo certificado de depósito bancário	309	255	1.109	1.235
Descontos obtidos	93	245	743	665
Juros ativos	1.033	1.434	3.514	3.857
Juros sobre mútuos	1.085	2.727	1.005	1.332
Variações monetárias ativas	1.241	1.079	1.378	1.097
Variações cambiais ativas	1.083	15.429	14.985	42.556
	<b>4.914</b>	<b>21.169</b>	<b>22.734</b>	<b>50.742</b>
Resultado financeiro líquido	(9.404)	(6.179)	(16.442)	(20.493)

**28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO:** A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisotila, Telhas de Concreto e outros. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis a esses segmentos. Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Área geográfica	
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste	
Mineral crisotila	Mercados local e externo	
Telhas de concreto	Mercado local	
Outros	Mercado local	

	31/12/2017			
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro líquido
<b>Fibrocimento</b>				
Sudeste	119.031	31.782	84.553	14.345
Sul	31.196	43.391	116.388	19.762
Centro-Oeste	66.623	49.736	167.707	39.492
Norte e Nordeste	17.504	29.862	79.734	13.528
	<b>234.354</b>	<b>154.771</b>	<b>448.382</b>	<b>87.127</b>
<b>Mineral crisotila</b>				
Mercado local	186.461	158.148	23.951	14.749
Mercado externo	-	-	139.431	53.409
	<b>186.461</b>	<b>158.148</b>	<b>163.382</b>	<b>67.799</b>
<b>Telhas de concreto</b>				
Mercado local	25.528	6.671	30.043	7.709
<b>Outros (*)</b>				
Mercado local	117.279	73.522	23.932	1.176
Total	<b>563.622</b>	<b>393.112</b>	<b>665.939</b>	<b>163.810</b>

(\*) Contemplado (R\$ 28.629) de equivalência patrimonial da controladora em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

	31/12/2016			
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro líquido
<b>Fibrocimento</b>				
Sudeste	254.781	27.460	96.919	19.074
Sul	48.207	36.721	147.288	29.031
Centro-Oeste	85.579	48.534	191.667	43.137
Norte e Nordeste	32.219	25.147	90.496	17.810
	<b>420.786</b>	<b>137.862</b>	<b>526.370</b>	

emissão do nosso relatório, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

*Demonstrações financeiras auditadas por outro auditor independente:* O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que

emitiram relatório de auditoria e sem modificações, com data de 17 de março de 2017.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil

na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas de-

monstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 27 de abril de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Manoel Pinto da Silva  
Contador  
CRC nº SP 205664/O-2

**Deloitte.**

#### Conselho de Administração

MARCELO GASPARINO DA SILVA  
Presidente do Conselho de Administração

FRANÇOIS MOREAU  
MARCELO MUNHOZ AURICCHIO  
LOUISE BARSÍ  
RAPHAEL MANHÃES MARTINS

#### Diretoria

LUIS AUGUSTO BARCELOS BARBOSA  
Presidente da Diretoria

RODRIGO ANGELO INÁCIO  
RODRIGO LOPES DA LUZ  
WELNEY DE SOUZA PAIVA

#### Conselho Fiscal

PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL  
Coordenador  
ALOISIO MACÁRIO FERREIRA DE SOUZA  
CRISTIANE MENDONÇA

#### Contadora

KELLY APARECIDA MENDES DOS SANTOS  
Contadora - CRC 1SP280871/O-4

#### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, é de abstenção de opinião, fundamentada cujo pedido foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências da Comarca de São Paulo/SP em 16 exclusivamente no pedido de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas, de abril de 2018, estando em curso o prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar o Plano em Juízo. Os representantes da Deloitte afirmaram que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 são idôneas e refletem a situação patrimonial do referido período. Sendo assim, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

Paulo Henrique Zukanovich Funchal  
Aloisio Macário Ferreira de Souza

Cristiane do Amaral Mendonça  
Júlia Monturil Martins - Secretária